




## Sociedade, sexualidade e família: apontamentos sobre a complexidade da gravidez na adolescência

*Society, sexuality and family: comments on the complexity of pregnancy in adolescence*

Allan Jones Andreza Silva<sup>1</sup>  Wagner Farias Aranha<sup>2</sup>  Luciano Nascimento Silva<sup>3</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba e Polícia Militar da Paraíba, Doutorando e mestre em Ciências Jurídicas, email: allanjonesgba@hotmail.com.com

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social, e-mail: wagner\_farias@hotmail.com

<sup>3</sup> Universidade Estadual da Paraíba, Pós-Doutor em Sociologia e Teoria do Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Criminais, e-mail: lucianonascimento@hotmail.com

### RESUMO

O presente artigo problematiza a complexidade social atrelada a gravidez na adolescência na atualidade. Sob o ponto de vista metodológico utilizou-se as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica para subsidiar uma abordagem analiticamente destituída de estereótipos, mas aberta a multiplicidade de fatores que cercam a questão tematizada. Verificou-se que a gravidez na adolescência ganhou visibilidade a partir das mudanças no processo de sociabilização originadas pela política neoliberalista, que ocasionou a reformulação dos parâmetros estruturais da instituição familiar, sobretudo ao possibilitar a participação ativa da mulher no contexto social e econômico, ao mesmo tempo em que permitiu o exercício ativo da sexualidade feminina. Assim, a gravidez deixa de ser um assunto meramente médico, para assumir relevância social, econômica e jurídica, por isso exigindo medidas interventivas do assistente social para garantir acessibilidade a rede de atendimento e a proteção dos direitos fundamentais da gestante e do bebê.

**Palavras-chave:** Gravidez. Adolescência. Mulher.

### ABSTRACT

This article discusses the social complexity of pregnancy in adolescence today. From a methodological point of view, it was used as a documentary and bibliographical research technique to subsidize an analytically devoid of stereotypes, but there is a multiplicity of factors that surround a thematized question. It was verified that a pregnancy in the adolescence gained visibility of the changes in the process of socialization originated by neoliberalist politics, that caused a reformulation of the rules of the familiar institution, mainly by allowing an active participation of the woman in the social and economic context, at the same time as the manual activity of female sexuality. Thus, a photograph ceases to be a purely medical issue, to become social, sometimes and legally, for this reason, requiring interventional measures of the social worker to guarantee accessibility to a care network and protection of the fundamental rights of the pregnant woman and the baby.

**Keywords:** Pregnancy. Adolescence. Woman.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a significação atual da gravidez na adolescência na adolescência, com ênfase na caracterização da complexidade da questão e identificação das principais medidas necessárias à sua intervenção assistencial e a garantia dos direitos da puérpera, nascituro ou bebê.

Desde já é importante destacar que a adolescência é um período extremamente complicado, pelas mudanças biológicas no corpo, despertar da sexualidade, por tratar-se da transição entre a infância e a fase adulta, representando o desenvolvimento do amadurecimento psicológico, o que, dentre outras questões, torna a jovem um indivíduo suscetível a riscos, dentre os quais a gravidez prematura<sup>1</sup> ou não planejada. Neste contexto, a falta de total amadurecimento psicológico da futura mãe constitui também uma preocupação para a ocasião, porque a gravidez muito provavelmente irá repercutir em sua vida social, econômica, jurídica, educacional etc., o que, por conseguinte, impõe o dever de reconhecer a relevância atual do tema no cenário brasileiro, sobretudo ao observar a atual conjuntura de vulnerabilidade social vivenciada por muitas famílias e a precariedade na prestação de políticas sociais, o que, em boa parte dos casos, acarreta sérias consequências ao nascituro (subnutrição, mortalidade infantil etc.) e a própria adolescente<sup>2</sup>, o que faz desta uma questão genuinamente pública.

Daí decorrem uma série de inquietantes questionamentos, como: qual o papel do Estado frente a essa circunstância? A gravidez na adolescência deve ser considerada um problema? Todas estas indagações são problemáticas cuja pesquisa pretende enfrentar, mas que pragmaticamente se inserem num contexto maior e que desenham o problema central deste trabalho: qual a significação da gravidez na adolescência atualmente?

De início, é importante destacar que a gravidez na adolescência traz à tona a necessidade de proteção tanto dos direitos da mãe (ainda em desenvolvimento biológico, psicológico e social), como do nascituro (durante o período gestacional) e da criança (após o nascimento), o que é uma

---

<sup>1</sup> Trata-se por prematura, porque nem sempre o útero e os demais órgãos do aparelho reprodutor estão amadurecidos, com plena condição de gestacionar de modo saudável, sem representar riscos à saúde da gestante e do feto.

<sup>2</sup> A este respeito Gomes e Pereira (2005, p 260) informam que: “a proteção integral à criança e ao adolescente, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990) em seu art. 4º, que tem a família, além da comunidade, da sociedade e do Poder Público, como uma das responsáveis pela proteção da sua prole, se vê, no entanto, no rumo inverso, uma vez que, alijada das mínimas condições socioeconômicas, sobre o processo da exclusão. A injustiça social dificulta o convívio saudável da família, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar”.

circunstância a ser coligida pela práxis do assistente social, que funcionalmente tem ampla responsabilidade perante a questão, sobretudo no campo da prevenção e intervenção através dos processos de orientação da gestante e garantia dos seus direitos sociais (alimentos gravídicos, acompanhamento médico e psicossocial etc.), por intermédio da articulação da rede de atendimento à mulher e à criança.

Logo, o objetivo principal do trabalho acaba sendo evidenciado como um exercício de reflexão sobre a complexidade da questão da gravidez na adolescência, que carrega consigo os seguintes objetivos específicos: analisar as transformações e os consequentes múltiplos significados da adolescência (em seus aspectos cronológico, biológico, social, psicológico entre outros), para assim verificar a complexidade que perpassa a gravidez na adolescência, além de apontar suas causas convencionais e suas consequências práticas.

Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa exposta neste trabalho é pautada numa perspectiva crítica, deste modo, ao compenetrar-se na problematização da realidade social, desenha uma apreciação sobre a singular complexidade do tema, o que acaba por compromissar esta pesquisa em tornar-se um instrumento apto a desnudar estereótipos e de ser um referencial-descritivo para os profissionais envolvidos no atendimento da gestante, sobretudo assistentes sociais, mas também para a comunidade, sobretudo por considerar que a finalidade precípua do Estado Constitucional Brasileiro é a garantia e proteção dos direitos fundamentais, em especial, das gestantes e crianças que comporão uma futura geração de nacionais.

Assim, segundo classificação de Marconi e Lakatos (2003), será adotada uma abordagem metodológica dedutiva, oportunidade na qual a revisão bibliográfica coligida no transcorrer da pesquisa deve fundamentar o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre as múltiplas faces da questão da gravidez na adolescência, oportunidade na qual também são adotadas as técnicas: a) pesquisa documental, especificamente sobre as principais legislações e relatórios que abarquem a caracterização do objeto de estudo; b) a pesquisa bibliográfica sobre as análises científicas já adotadas sobre o tema, como também quanto às políticas sociais existentes para o atendimento das gestantes/parturientes e nascituros/bebês. Por conseguinte, todas as informações, legislações e bibliografia coletadas subsidiaram a confecção dos dois capítulos subsequentes: o primeiro versa sobre as transformações societárias observáveis no transcurso da história moderna e que influenciaram a conformação do paradigma de família atual, oportunidade na qual também é dada ênfase ao papel social feminino (re)configurado em razão destas mudanças; no segundo, são

analisados os múltiplos aspectos e significados da adolescência, atentando sobretudo a sexualidade e os contornos sociais atrelados à gravidez.

## **2 SOCIEDADE, A FAMÍLIA E A ADOLESCÊNCIA**

Historicamente, a origem do reconhecimento da adolescência como fase presente na vida do homem não é claramente definida, de tal maneira que não se tem embasamento concreto sobre o momento em que se passou a percebê-la como fase diferenciada da infância, também vista com certa negligência. Ainda assim, pode-se extrair da exposição de Lepre (2008) que até o século XVIII não se tinha a adolescência como fase, a criança passava direto da infância para a fase adulta, o que era definido segundo a autoridade patriarcal.

Com a evolução sociocultural e dos meios de produção, sobretudo em face das exigências mercadológicas, logo após a Revolução Industrial, pôde-se perceber o processamento da reformulação da socialização individual e da adoção de uma nova configuração familiar, em que a mulher amplia sua circunscrição de convivência e passa a deter relevância nos âmbitos público e privado, adquirindo também outros papéis social, econômico, jurídico e até mesmo cultural. Muito embora não se possa dizer que este seja um processo linear e que ocorreu concomitantemente em todo o mundo em face das diferentes peculiaridades culturais, a recente evolução dos recursos tecnológicos e comunicativos tem diminuído as distâncias culturais e possibilitado a difusão de um novo papel social e familiar feminino por todo globo, influenciando até mesmo na estruturação de novas configurações familiares.

### **2.1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E OS ATUAIS MODELOS DE SOCIALIZAÇÃO**

As mudanças nos padrões de produção ocorridas nas últimas décadas têm assumido papel de destaque entre muitos teóricos, sobretudo ao considerar os novos padrões de acumulação de capital e regulação social, que se traduzem numa nova feição capitalista, aparentemente menos “agressiva” que o liberalismo clássico, em face de seu processo de “acumulação flexível” (HARVEY, 1989), o que se chamou de neoliberalismo (ANDERSON, 1995).

Em contrapartida, o neoliberalismo detém um potencial essencialmente impactante sobre o modo de vida social, sobretudo porque esse novo padrão se difunde pelo cotidiano dos sujeitos,

construindo/instituindo valores, normas, modos de vida que são incutidos no seu dia-a-dia e impulsionam o aumento do consumo e influem sob o âmbito de vivência social e convivência global.

O neoliberalismo emerge justamente a partir da decadência dos padrões taylorista/fordista e keynesiano, a partir de meados da década de 70, quando a economia mundial apresenta sintomas de estagnação, proporcionados pelos “*altos índices inflacionários e com uma mudança de distribuição do poder no cenário mundial*” (IAMAMOTO, 1999, p. 31). Mas esse não é um paradigma estático, o regime de “acumulação flexível”, aliado as transformações técnico-científicas (sobretudo no campo das comunicações), promoveram um redimensionamento das relações de poder no mundo, trazendo consigo novas exigências e transformações societárias, além de modificações na dinâmica de caráter sócio-políticas, que se apoiaram nesse viés de flexibilidade, tanto dos processos e dos mercados de trabalho, como dos produtos e dos padrões de consumo, para acelerar o fluxo das atividades mercantis em escala global, ocasionando o surgimento de setores da produção inteiramente novos, novéis mercados, além da intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O sistema de “acumulação flexível” em curto prazo ocasionou, e ainda tem ocasionado, alterações nos padrões de desenvolvimento, tanto entre setores como entre regiões demográficas, acirrando as desigualdades entre eles; mas também propiciando a criação do “setor de serviços”, a revigoração do setor industrial, além de instituir um novo movimento de aceleração do processo decisório, em proporção cada vez mais rápida (HARVEY, 1989), impulsionado ainda pela informatização, robotização do processo produtivo, financeirização do capital e diferentes modos de flexibilização (das barreiras alfandegárias, das distâncias entre produção e mercados consumidores, níveis de fabricação etc.), o que teve entre seus reflexos a elevação do desemprego e múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, acarretando assim o aviltamento dos custos dos padrões de vida e o incremento da população excedente (os excluídos do processo de acumulação do capital).

Estas circunstâncias proporcionaram uma verdadeira transformação social, que extrapola a estrutura de classe e ocasiona profundas modificações na ocupação territorial e do perfil demográfico das populações, crescimento das atividades de serviços, difusão da educação formal, novos circuitos de comunicação social (NETTO, 1996), além da introdução da mulher e de

segmentos mais jovens no mercado de trabalho e ruptura dos padrões comportamentais, com a introdução de novos valores e perspectivas, sobretudo baseados no consumo.

É necessário observar que a inserção feminina no processo produtivo se deu sob os parâmetros androcêntricos, como acréscimo às responsabilidades femininas. Neste sentido, Antunes (1999) destaca que a mulher trabalhadora, em geral, exerce sua atividade “dentro e fora da fábrica”, explorada duplamente pelo capital, nos âmbitos fabril e da vida privada<sup>3</sup>.

Essa falta de adequada estruturação do âmbito sócio-econômico para comportar a mulher, viciado também por um materialismo individualista, afeta sobremaneira as famílias<sup>4</sup>, que passam não só a desfrutar cada vez menos da assistência materna para os cuidados do filho e do lar, como também acabam usufruindo de uma lógica de vivência/convivência consumista, voltada para o atendimento dos anseios mercadológicos e de flexíveis valores morais, além de reduzido tempo de socialização interna.

Dessa forma, o modelo de família tradicional que durante anos tinha sido o primeiro âmbito para a construção da sociabilidade das crianças e adolescentes<sup>5</sup>, paulatinamente cede espaço para interferência de outros atores (escola, igreja, televisão, moda etc.), acabando por flexibilizar os vínculos internos e torná-la suscetível da incorporação de outros valores, como o individualismo mercadológico, pautado no consumo.

As mudanças dos processos de socialização que redefiniram a família, segundo Sarti (2000), são responsáveis pela ressignificação dos padrões comportamentais tradicionais, como o casamento, amor, a sexualidade, a troca de experiências, que atualmente têm sido readaptados, ocasionando mudanças também nos papéis e regras estabelecidos no cerne da convivência familiar.

---

<sup>3</sup> Além disso, a experiência social brasileira em prol da recuperação dos valores democráticos durante a década de 80, mesmo tendo constituído uma oportunidade para conquista e viabilização das aspirações por um trabalho digno, por uma vida decente, por uma sociedade mais justa nos modos de seu ordenamento, como preconiza Telles (1994, p. 88-90), não foi capaz de suficientemente (re)pensar o papel social feminino com a amplitude merecida, de modo que ainda por muito tempo as mulheres detiveram uma cidadania mitigada (SILVA, 2016), ou seja, angariaram direitos para o exercício de uma vida pública, mas ainda assim permaneceram galgando os ônus da vida privada tradicional, circunstância que lhe impossibilitava, por exemplo, a emancipação das formas de poder patriarcal, que não raras vezes também refratava perante sua convivência familiar sob a forma de violência e subjugação.

<sup>4</sup> A palavra “família”, segundo Cachapuz (2004, p. 69), deriva do latim “*familya, ae*” e significa casa, servidores, cortejo, ou até mesmo conjunto de pessoas ligadas a um mesmo ancestral. Na concepção convencional ou tradicional, ou ainda religioso cristão, está vinculada ao sistema patriarcal, ao casamento monogâmico e heterossexual, pensamento que vigorou no Brasil por muitos anos.

<sup>5</sup> Para Boza, Ferreira e Barboza (2010), a família até pouco tempo atrás constituía um ambiente de aprendizado sobre convivência com outras pessoas, ideias e atitudes diferentes, um invólucro protetor das dificuldades da vida real e que obscureciam as precariedades sociais e econômicas (algumas das quais vivenciadas pelos pais), realidade esta que só era revelada com o despertar da juventude.

Mas isso não é um processo instantâneo, mesmo tratando-se de uma mudança relativamente rápida, ela tem estimulado e vivenciado conflitos internos, sobretudo por causa do choque ideológico-cultural das gerações, de maneira que alguns integrantes da família tendem a não aceitar estes novos padrões comportamentais e assim tendem a encarar tais circunstâncias como problemas, impondo um imediato rechaço ou repúdio aos mais jovens e, ao mesmo tempo, promovendo o distanciamento entre as perspectivas comportamentais e de convivência intergerações.

Esse desnível de ideias e conceitos, por vezes, tem afetado os mais jovens, ocasionando dificuldades de relacionamento familiar, o que certamente influi para que estes busquem suprir a carência emocional e a falta de amaduramento a partir da aproximação a outros atores sociais, uma fragilidade psicossocial que os torna cada vez mais suscetíveis às violências e recrutamento pelo tráfico de drogas.

Como consequências imediatas dessa falta de interação se têm: a inevitabilidade de um bom diálogo e a precariedade de orientação sobre temáticas imprescindíveis ao amadurecimento psicossocial, dentre os quais pode-se destacar a gravidez na adolescência, tema central deste trabalho.

Desta maneira, percebe-se que o surgimento de um modelo político-econômico neoliberalista não apenas incrementou a exigência de uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, como estimulou reformulações estruturais no seio familiar, que passou a ser uma instituição cada vez mais heterogênea, suscetível a diferenciações segundo classes sociais, culturais, etc. A ideia de família atual é mais ampla que a tradicional<sup>6</sup>, podendo abarcar as famílias monoparentais, a união estável, união homoafetiva, entre outros.

Desta forma, a estrutura familiar moderna, conforme aponta Szymanski (2002), não é determinada mais pelo modelo patriarcalista, muito menos se atém a relação de cuidados perante seus membros, pois as famílias podem apresentar comportamentos diferentes de relacionamento, sendo relevante apenas os liames de consideração ou dependência socioeconômica e psicológica.

---

<sup>6</sup> Assim, pode-se considerar que a família deve ser concebida como “[...] um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. Os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo a nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais” (MINUCHIN, 1990, p.25)

Diante deste contexto, a família constitui a lupa que concentra e converge essas transformações societárias<sup>7</sup>, e desse processo histórico-dinâmico vislumbra-se a introdução de um novo papel feminino, que reflete as influências deste cenário de mudanças estruturais e culturais da sociedade, de maneira que suas formas de agir, pensar e ser passam a constantemente ser moldadas pela instituição família, de acordo com os novos paradigmas que vem surgindo. A gravidez na adolescência também detém contornos próprios na atualidade e emerge como questão social a partir destas mudanças socioeconômicas e culturais proporcionadas pelos influxos capitalistas.

### 3 A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

No mundo, cerca de 20 mil adolescentes dão à luz todos os dias, destes casos 95% ocorre em países em desenvolvimento, correspondendo ao incremento anual de cerca de 7,3 milhões de novas mães adolescentes, das quais 2 milhões destas têm menos de 15 anos, segundo expõe o relatório sobre a situação da população mundial de 2013 intitulado “Maternidade precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência”, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2013). Neste interim, a incidência no cenário nacional também chama a atenção pelo fato de que um em cada cinco partos é de mães adolescentes, conforme expõem Costa da Silva e Trindade Silva (2012)<sup>8</sup>.

O matrimônio infantil e na adolescência, amplamente aceito em muitos países, é um elemento essencialmente motivador da gravidez feminina nesta fase (apesar de não ser o único), e dentre suas múltiplas causas pode-se destacar a influência de fatores socioeconômicos e culturais, como: a pobreza, violência e coação sexual, a precariedade do acesso a anticoncepcionais<sup>9</sup>, carência de educação sexual adequada à idade, falta de acesso à serviços de saúde reprodutiva, dentre outras (UNFPA, 2013; OLIVEIRA, 1998).

---

<sup>7</sup> É diante dessa perspectiva, que Lacan (2002) informa que a família moderna demonstra ter uma estrutura complexa, haja vista que os papéis são (re)organizados em razão de um desenvolvimento psíquico, oportunidade na qual são agregados novos valores e obrigações para com a família, convivendo, nem sempre amistosamente, com perspectivas tradicionais, notadamente porque num mesmo núcleo familiar, em muitos casos, convivem pessoas de diferentes gerações

<sup>8</sup> “De acordo com o levantamento feito pelo IBGE em 2006, um em cada cinco partos no Brasil é de mães adolescentes. Só em 2006, também de acordo com o Instituto, nasceram 22.161 bebês, filhos de mães com menos de 15 anos. Na faixa dos 15 aos 19 anos chega a 551.093” (COSTA DA SILVA; TRINDADE SILVA, 2012, p. 2)

<sup>9</sup> Autores como Dias e Teixeira (2010) acreditam que atualmente não há relação entre a gravidez na adolescência e a falta de conhecimento sobre métodos contraceptivos, em razão do amplo acesso à informação.



Ainda de acordo com aquele relatório, a gravidez na adolescência pode provocar sérios efeitos: “*Un embarazo puede tener consecuencias inmediatas y duraderas en la salud, la educación y el potencial de obtener ingresos de una niña. Y, en general, altera el curso de toda su vida. Cómo altere su vida dependerá en parte de la edad que tenga*” (UNFPA, 2013, p. 4). Acrescente-se a este rol de consequências: morbidade materna, prematuridade e baixo peso das crianças ao nascer (CAMARANO, 1998), evasão escolar (MORENO; GONÇALVES, 2015; ROCHA, 2009), entre outros.

Apesar de sua relevância, a questão da gravidez na adolescência apenas começou a ganhar visibilidade no Brasil nos últimos anos em razão do declínio das taxas de fecundidade entre a população adulta. Desde 1980, as pesquisas nacionais têm constatado uma progressiva redução das taxas de natalidade em todas as regiões do país, atribuindo, sobretudo, ao uso de métodos contraceptivos ou ao recurso ao aborto, momento a partir do qual a maternidade na adolescência emerge como tema de relevância não apenas adstrita a questão do controle de natalidade ou de saúde pública, mas a partir daí paulatinamente tem demonstrado sua influência sob os campos social, econômico, político, dentre outros ramos, vindo consequentemente a evidenciar que sua complexidade e sua multidimensionalidade necessitam ser encaradas.

### 3.1 ADOLESCÊNCIA E A SEXUALIDADE

Segundo Muuss (1976), a palavra adolescente advém do latim “*adolescere*” que significa fazer “crescer na maturidade”. De fato, neste período pode-se facilmente verificar um processo de maturação psicológica, emocional, sexual e do relacionamento social essencial ao indivíduo. De acordo com Groppo (2000, p. 07-14), há três momentos básicos do curso da vida social: o primeiro é o nascimento, que corresponde ao momento de ingresso na sociedade; o segundo, o autor trata como uma fase de transição que pode ser denominada como adolescência, juventude e puberdade, dependendo da ciência que vai abordá-la<sup>10</sup>; e a última seria a maturidade, momento em que o

---

<sup>10</sup> Groppo (2000) esclarece que a ciência médica utiliza o conceito de puberdade, considerando as transformações ocorridas nessa fase no corpo; a psicologia, a psicanálise e a pedagogia incorporam a categoria adolescência, no sentido que compreendem esse momento da vida como um período onde acontecem mudanças na personalidade, na mente, no comportamento do indivíduo que vai se tornando adulto; e a sociologia incorpora a categoria juventude, contemplando-a como um interstício de transição entre as funções sociais da infância e as do homem adulto.

indivíduo estaria incorporado ao grupo social e estaria em plena condição de se relacionar com os demais membros da comunidade.

Não há um consenso sobre a faixa de idade que a adolescência compreenderia, uma vez que a Organização Mundial de Saúde entende que se trata do período entre 10 e 20 anos e a legislação pátria descreve como sendo entre 12 e 18 anos (ECA)<sup>11</sup>. Mesmo assim, parece existir uma concordância em perceber a adolescência como uma fase marcada pela mudança do mundo infantil para a vida adulta, momento no qual a jovem vivencia diversas transformações nos campos biológico, psicológico, social e sexual<sup>12</sup>, o que não raramente ocorre a partir da experimentação de um processo conflituoso que perpassa pelas dificuldades de aceitação pessoal e social dentro do meio no qual está inserida, seja na família ou na comunidade.

Não obstante, as mudanças corporais (puberdade, desenvolvimento dos órgãos sexuais, aumento do fluxo hormonal etc.) e as exigências de novas responsabilidades sociais e econômicas (inserção no mercado de trabalho etc.) acabam por irromper uma nova perspectiva de compreensão sobre si mesma, sobre o mundo e, sobretudo, sobre seu papel no mundo, comprometendo os planos de vivência (ABERASTURY; KNOBEL, 1981). Os novos prismas de percepção, vivência e convivência social, por si só, ocasionam uma expressiva carga psicológica e emocional, que ao serem alinhadas às mudanças biossexuais, tornam a adolescência uma fase de intensa “agitação da vida” (GONZAGA, 2011) e por esta razão necessita de uma atenção especial.

Para algumas pessoas, a adolescência consiste “num segundo nascimento do indivíduo”, o que seria, portanto, a razão de receber tarefas básicas durante o período, sobretudo para construir/definir a identidade pessoal e social. Acrescente-se ainda a flutuação e o estabelecimento de novas maneiras de pertencimento social e a aceitação da imagem do corpo em mudança em razão da puberdade (ROBERTS, 1988, p.22). Essas transformações mentais e do corpo físico também sofrem influências ou são modeladas pelas experiências percebidas de acordo com o meio, expectativas e

---

<sup>11</sup> Nessa esteira essa imprecisão é também destacada por Barbosa Davim e Costa Davim (2016, p. 3110): “[...] a adolescência pode ser definida a partir de diferentes critérios, como cronológico, desenvolvimento físico, sociológico, psicológico e/ou pela combinação de vários destes aspectos. Limitar o início e o final da adolescência em termo cronológico é de certa forma admissível por imposição de ordem prática, tendo em vista que este limite é estabelecido de acordo com a cultura e sociedade em que está inserida. Para a maioria dos autores, o termo adolescência compreende o período entre puberdade e desenvolvimento completo do corpo, geralmente entre 13 e 25 anos de idade”.

<sup>12</sup> Consoante exposto por Souza e Bolze (2016), a adolescência constitui uma etapa de transição entre a fase de criança e de adulto, marcada por mudanças biológicas (amadurecimento do aparelho reprodutor), emocional e psicológica, de modo que é neste período que o indivíduo procura estabelecer sua identidade adulta, retratando assim todo um processo maturativo biopsicossocial (BARBOSA DAVIM; COSTA DAVIM, 2016).

sonhos, que acabam por influir na formulação de projetos de vida que irão nortear toda sua fase adulta.

O processo de construção da identidade<sup>13</sup> é firmado através das ações de afixação (afirmação) e desestabilização (reconfiguração da afirmação), fortemente influenciadas pelo meio social de convivência do indivíduo, sobretudo pelos fatores culturais, sociais, econômicos e psicológicos, que (re)criam representações, projeções e possibilidades de si e para si, dando sentido às experiências subjetivas. Assim, “as mudanças corporais que ocorrem nessa fase são universais, com algumas variações, enquanto as psicológicas e de relações variam de cultura para cultura, de grupo para grupo e até entre indivíduos de um mesmo grupo” (ZAGURY, 1996, p. 24).

Desta forma, pode-se considerar que esta fase não é apenas permeada por um desenvolvimento físico interno e externo, mas paralelamente ocorrem modificações na sociabilidade, em clara tendência de ampliação intersubjetiva e espacial, superando o domínio de exclusividade da família, escola e igreja (vivenciados na infância), para incorporação de outros âmbitos e sujeitos para convivência, ocasionando uma ressignificação destes grupos, de modo que os amigos passam a ser mais valorizados, inclusive (em alguns casos) em detrimento dos pais, a partir de uma tendência à imitação como forma de inserção e aceitação social, lógica propícia aos interesses capitalistas neoliberalistas.

Assim, “a forma de se vestir, de falar, de agir, até mesmo os gostos tendem a ser muito influenciados pelo grupo” (ZAGURY, 1996, p. 25), e passam a ser adotados pelos adolescentes como forma de afirmação de sua identidade, inserção social, mas também retrata a compreensão sobre o mundo e sobre seu papel no mundo.

A questão imaturidade/maturidade também é uma circunstância crucialmente enfrentada pela adolescente, pois reflete a necessidade de reconhecimento social, com marcos jurídico-político, familiares e religiosos pouco flexíveis. É sob essa perspectiva que a adolescente pode enfrentar estereótipos que refletem sob o usufruto da sua cidadania (como a consideração sobre uma incompetência prática para gestão da sua vida), de tal forma que a conquista deste reconhecimento

---

<sup>13</sup> “O processo de construção de identidade de produção oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade, de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. É um processo semelhante a que ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, à identidade está sempre escapando. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, à identidade é pra a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, à identidade está sempre escapando. Afixação é uma tendência, e ao mesmo tempo, uma impossibilidade” (SILVA, 2000, p. 84)

também reflete sob sua emancipação, que vai muito mais além do que apenas o reconhecimento jurídico-civil, mas vai além a partir de uma consideração de caráter social, político e econômico.

Na esfera da sexualidade<sup>14</sup>, essa questão da (i)maturidade invade o âmbito essencialmente privado e é encarado como resultante da prática sexual e a gravidez. Desta maneira, a gestação é diagnosticada como fator de risco para o exercício de uma vida sexualmente ativa (como irresponsabilidade ou até mesmo a classifica-la como “precoce”). Esta circunstância tende a ser ainda mais prejudicialmente considerada diante da cultura patriarcalista que estabeleceu significação distinta para o exercício da sexualidade pelos diferentes gêneros<sup>15</sup>, afetando primordialmente a mulher, sobretudo perante a possibilidade da gravidez.

Segundo Altman (2003), atualmente a vinculação que é feita pela sociedade e pelo o Estado do exercício da sexualidade pela adolescente é de tratá-la como um “problema social” que faz com que o tema seja discutido na escola e outros âmbitos de convivência, sobretudo em face de uma maior preocupação e a visibilidade dada a questão da gravidez.

Outro ponto importante no que diz respeito à sexualidade e às relações de gênero na adolescência é a contracepção, que mesmo sendo vista como uma preocupação geral, acaba por ser tratada como uma responsabilidade unicamente feminina, sobretudo enquanto meio de prevenção e controle da natalidade, haja vista o entendimento culturalmente difundido de que o homem não exerce domínio sobre seus impulsos sexuais, discurso que se agravou como a invenção e propagação das pílulas anticoncepcionais. Vislumbra-se, desta maneira, que a sexualidade ainda é um tema atrelado ao sexismo e estereótipos ligados à divisão de gêneros.

### 3.2 A GRAVIDEZ E A EVOLUÇÃO DOS SEUS CONTORNOS SOCIAIS

Em face das suas múltiplas significações, para Heilborn (1998), a gravidez na adolescência deve ser analisada de acordo com um cenário histórico, social e econômico específico. De tal

---

<sup>14</sup> O conceito de sexualidade é expresso sob um conjunto de regras socioculturais que modelam a experiência íntima dos sujeitos. Sua articulação com o conceito de gênero é essencial, visto ser um sistema de classificação social que organiza contrastivamente os atributos masculinos e femininos em diferentes sociedades. (ABRAMO, 2006, p.1422)

<sup>15</sup> A este respeito, Heilborn *et. al.* (2006) afirma que a cultura brasileira é marcada diretamente por uma disposição de gênero que conserva contrastes de atitudes entre os sexos, de maneira que a masculinidade é tratada como elemento ligado à força e a liberdade do exercício sexual, em aversão a feminilidade que é relacionada à passividade, a inexperiência sexual e ao conformismo. O gênero, portanto, produz normas, valores, percepções e representações que incidem na vida do indivíduo, e que ajudam naturalizar as desigualdades entre os sexos.

maneira, pode-se constatar variadas formas de compreensão da questão no cerne da família brasileira.

No século XIX, era comum às jovens entre 12 e 14 anos se casarem, inclusive com apoio da Igreja Católica e, juntamente com o matrimônio, adivinha o dever de ter filhos para continuação da família, além disso os interesses econômicos permeavam a questão, principalmente entre famílias pertencentes à classe média (PEREIRA, 2009). No final do século XIX e início do século XX, as mudanças socioeconômicas proporcionaram o ingresso da mulher no mercado de trabalho, em campos que até então somente eram exercidos pelos homens, como por exemplo, nas linhas de produção fabris, mas essas atividades eram desassistidas da garantia de direitos que lhes deveriam ser peculiares, como por exemplo, a proibição para engravidar, por acreditar-se que isso comprometeria sua vida profissional e também a composição da renda familiar. É a partir de então, que é iniciado um processo de controle sobre a gravidez, acarretando uma paulatina diminuição dos índices de natalidade.

No Brasil, a partir da década de 1960, com o movimento de contracultura hegemônica<sup>16</sup>, os jovens de maneira geral e, de modo especial, os movimentos feministas, passaram a reivindicar direitos à liberdade sexual e política, fazendo com que estes pudessem ser vistos como ameaças às regras e “bons costumes” pelo Estado e setores mais tradicionais da sociedade. Diante deste contexto, a gravidez de uma maneira geral acaba tornando-se um tema a ser discutido fora do âmbito matrimonial.

As mudanças de concepção iniciadas na década de 1960 repercutiram pelos anos subsequentes, contribuindo para mudanças nas relações de gênero e sexualidade, tanto é que o *caput* do art. 5º da Constituição Federal inaugura uma proposta de igualdade formal (não sexista e sem distinções de gênero) ainda não presente na história jurídica constitucional nacional. Por conseguinte, outros fatores, como escolarização e carreira profissional feminina, influenciaram diretamente as questões relativas ao exercício da sexualidade e da reprodução (HEILBORN, 1998), de maneira que a gravidez durante a juventude passou a ser vista como perda de tempo e de oportunidades no mercado de trabalho. Este discurso claramente hegemônico desconsidera a autonomia da

---

<sup>16</sup> “Os anos 60 inauguram um novo estilo de mobilização e contestação social, bastante diferente da prática política da esquerda tradicional. A constatação do fracasso da civilização criada pelas gerações anteriores - de guerras, injustiças sociais, violência, opressão - e a contemplação da massa amorfa de casos, dossiês e números em que é transformado o homem pela sociedade de consumo, explodiram na consciência dos jovens dos anos 60, que passaram a negar todas as manifestações visíveis dessa sociedade”. (GROSSAM, 1998, p.72)

adolescente para optar em ter filhos e estereotipadamente acaba por confluir a ideia de que gravidez nesta fase seria um “problema social” que afeta ou carreta a constituição de famílias pobres e “desequilibradas”.

Em âmbito médico, até os anos 70, a gravidez da adolescência estava associada à riscos decorrentes da idade, como maior possibilidade de complicações obstétricas, partos prematuros, cesarianas e mortes maternas e perinatais. No início dos anos 80, a questão passa a ser pensada de forma distinta, de modo a basear os riscos na falta de assistência pré-natal adequada. Posteriormente, outros discursos passam a dividir espaço, predominando a abordagem psicossocial, que considera a gravidez nesta fase como inoportuna, sobretudo por ocasionar dificuldades escolares e, conseqüentemente, limitar as oportunidades futuras da gestante, constituindo assim um risco não apenas para a adolescente, mas também para a família e a sociedade, oportunidade na qual os programas de prevenção e orientação seriam necessários para inibir sua prática.

Atentando ao âmbito das conseqüências da gravidez para a adolescentes, é importante destacar que as primeiras são as mudanças corporais, como crescimento do seio, aumento da quantidade líquidos e gordura, podem ainda aparecer inchaços, além do patente aumento de peso. Conforme Menezes e Domingues (2004) apontam, diante de uma sociedade que valoriza o corpo esbelto, a imagem da gestante não se justapõe à imagem da adolescente valorizada pelos meios de comunicação<sup>17</sup>.

Como durante a adolescência nem sempre todas têm todo seu aparelho reprodutor amadurecido e apto a gestar, há um maior risco ao bebê nascer com baixo peso e prematuro, além de uma maior probabilidade de morte materna. Acrescente-se ainda que uma deficiência nutricional da gestante pode acarretar subnutrição do bebê, influenciando em sua saúde e, até mesmo, em seu tamanho.

Outras conseqüências podem advir da gravidez na adolescência, sobretudo quando esta não for planejada, é a limitação de suas oportunidades educacionais, econômicas e sociais (GRIMES, 1993; MOTT *et al*, 1985). Sob seus possíveis reflexos psicológicos, Emans *et al* (1990) citam a depressão e isolamento social como alguns dos problemas frequentes entre mães adolescentes, o que demonstra a necessidade de acompanhamento, apoio e aconselhamento.

---

<sup>17</sup> “O conflito entre a auto-imagem e o corpo idealizado pode ser acentuado quando se considera que, durante a gravidez, as transformações corporais ocorrem em um curto espaço de tempo, exigindo da gestante um processo de adaptação, o que certamente interfere na sua imagem corporal”. (MENEZES; DOMINGUES, 2004, p. 187).

Diante de tão complexa situação, as adolescentes grávidas necessitam de atenção especializada, principalmente de assistência pré-natal<sup>18</sup> por intermédio de programas que sejam capazes de possibilitar o atendimento por equipe multidisciplinar, não apenas de serviço médico-hospitalar, mas também é necessário assegurar o apoio psicológico para incrementar a auto-estima e diminuir a ansiedade da gestante, além da assistência jurídica para garantir o recebimento dos alimentos gravídicos, dentre outros serviços imprescindíveis para o acolhimento feminino durante este período, oportunidade na qual destaca a excepcional relevância dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os avanços da ideologia e da política econômica do capitalismo neoliberalista não apenas instauraram mudanças no modo de produção, mas ocasionaram uma verdadeira transformação social, inclusive influenciando para a instituição de novos modelos familiares, sobretudo protagonizados por um novo papel social feminino, o que também causou reflexos para o exercício de um controle da natalidade e até para o processo de criação dos filhos. Notadamente, como substrato desta condição, verifica-se que a adolescência deixa de ser uma apenas uma fase da vida para ganhar ressignificação em face da complexidade biopsicosocial que assume em decorrência de todo esse cenário de transformações.

Neste contexto, a gravidez na adolescência deixa de ser uma questão meramente individual, para assumir a posição de tema de relevância social, de saúde, econômico, jurídico, psíquico e cultural.

Por conseguinte, sob a linha de proteção da família, o amparo à gestante e à criança constitui uma missão essencial dos órgãos envolvidos no atendimento à mulher, sobretudo através do encaminhamento aos serviços de assistência social, inserção em programas, prestação de assistência jurídica (principalmente para fins de requerimento de alimentos gravídicos ou de

---

<sup>18</sup> “A preocupação com as gestantes adolescentes tem levado vários serviços de saúde a destinar atendimento especial a estas durante o período pré-natal. É recomendado que a gestante adolescente se matricule precocemente para o acompanhamento médico pré-natal, o que permitirá uma vigilância sobre os riscos para hipertensão ou outras anormalidades, ser assegurada uma nutrição adequada e desenvolver acompanhamento necessário. Assim, objetiva-se diminuir as situações desfavoráveis que possam influenciar a gravidez na adolescência”. (MARIOTONI; BARROS FILHO, 2000, p. 14)

violação de direitos), cuidados de saúde, apoio para o enfrentamento às situações de risco pessoal (sobretudo em casos de violência doméstica e familiar), trabalho educativo de orientação sexual (sobretudo de riscos e consequências), o que tende a fazer com que os jovens adotem uma postura saudável, tornando o sexo seguro e responsável (SAITO; LEAL, 2003).

Por conseguinte, a abordagem sob o tema “gravidez na adolescência” não deve ficar restrito ao âmbito médico-hospitalar, mas deve ser encarrado como questão fundamental e de cunho multidisciplinar, cuja abordagem exige modos de intervenção ou prevenção modelados de acordo com a linguagem, comportamento e opiniões dos adolescentes, para que assim se tenha maior eficácia.

Destaque-se ainda que, não raramente, o tema acaba sendo debatido popularmente com a conotação de “problema social”, equivocadamente vinculado à ideia de pobreza ou falta de informação, o que deve ser rebatido sobretudo ao considerar que a promoção dos direitos sociais não são igualmente garantidos para as adolescentes de diferentes classes por omissão ou ação deliberadamente seletiva pelo Estado, assim como são desconsideradas as razões que levaram a adolescente a engravidar, pois a gestação pode ter sido ocasionada por uma escolha particular.

Para lidar com essa questão, de múltiplas repercussões para a vida social, sobretudo para as famílias e, de maneira particularizada, para as adolescentes, é essencial a atuação dos profissionais de assistência social em um duplo vértice: a) preventivo, a partir de esclarecimentos sobre sexualidade e métodos anticoncepcionais; b) interventivo, por intermédio das ações de fortalecimento de vínculos familiares, para assegurar o apoio afetivo, psicológico e até econômico necessário à gestante, como também através das ações de articulação, execução, inserção ou garantia da acessibilidade da gestante a projetos, programas ou políticas públicas, para especificamente garantir o desenvolvimento de uma gravidez saudável e de um parto e pós-parto adequado a consecução de condições condígnas de vida para a mãe e o bebê.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. *Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico*. Tradução de Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, número especial: Juventude e Contemporaneidade. n.6, p.25-36, 1997



ALTMANN, H. *Pedagogia da Sexualidade e do Gênero: A Construção Social da Orientação Sexual em uma Escola com Núcleo de Adolescentes Multiplicadores*. Relatório Parcial de Pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 2002.

ANDERSON, P. *Balço do Neoliberalismo*. In: SADER, E. e GENTILE, P. (orgs). Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBOSA DAVIM, Rejane Marie; COSTA DAVIM, Maria Valentim da. Estudo reflexivo sobre aspectos biológicos, psicossociais e atendimento pré-natal durante a gravidez na adolescência. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, Recife, n. 10, v. 8, p. 3108-3118, ago. 2016. Disponível em: [http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/9443/pdf\\_10869](http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/9443/pdf_10869). Acesso em 31 mar. 2017.

BOZA, Amanda; FERREIRA, Claudia Maria; BARBOZA, Sergio de Goes. *Cultura, família e sociedade*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de janeiro de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 01 abr. 2017.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Da família patriarcal à família contemporânea. *Revista Jurídica Cesumar*, Maringá, v. 4, n. 1, p. 69-77. 2004. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/364/428>. Acesso em 02 set. 2017.

CAMARANO, A. A., 1998. Fecundidade e anticoncepção da população de 15-19 anos. In: *Seminário Gravidez na Adolescência*, São Paulo, Associação Saúde da Família, jul. 1998, p. 35-46.

COSTA DA SILVA, Deise Thainá; TRINDADE SILVA, Soane Maria Santos Menezes. A realidade social de mães adolescentes assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Monteiro Lagarto-SE. *Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira*, Lagarto, a. 5., n. 7., set. 2012. Disponível: [http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/A\\_Realidade\\_Social\\_de\\_Maes\\_Adolescentes\\_Assistidas\\_pelo\\_Centrode\\_Referencia\\_da\\_Assistencia\\_Social.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/A_Realidade_Social_de_Maes_Adolescentes_Assistidas_pelo_Centrode_Referencia_da_Assistencia_Social.pdf). Acesso em 30 mar. 2017.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, p. 123-131, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a15v20n45.pdf>. Acesso em 01 abr. 2017.

EMANS, J.U. *et al. Paediatrics and adolescent Gynaecology*. Little, Brown & Co, 1990.

FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA). *El Estado de la Población Mundial 2013*. Maternidad en la niñez: Enfrentar el reto del embarazo en adolescentes. New York: UNFPA, 2013. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/SP-SWOP2013.pdf>. Acesso em 01 abr. 2017.

GOMES, Maria Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>. Acesso em 01 abr. 2017.

GONZAGA, Andresa Dalila. *Gravidez na adolescência: reflexo da falta de orientação?* Um debate acerca das informações prestadas. Monografia (Graduação em serviço Social). Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2011.

GRIMES, D. A. Contraceptive services in high-school based clinics: the Baltimore experience. *The Contraception Report*, IV (2): 4, 1993.

GROPPO, L. A. *Juventude - Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROSSMAN, Eloisa. A adolescência através dos tempos. *Adolescência Latino Americana*, v.1, n. 2, p. 68- 74, jul./ set. 1998. Disponível em: <http://raladolec.bvs.br/pdf/ral/v1n2/p03v01n2.pdf>. Acesso em: 11 maio 2012.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na Adolescência: Considerações Preliminares sobre as Dimensões Culturais de um Problema Social. In.: VEIRA, EM *et al* (org). *Seminário sobre Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza *et al*. *O Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LACAN, J. *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

LEPRE, R. M. Contribuições das teorias psicogenéticas à construção do conceito de infância: implicações pedagógicas. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 11, n. 3, p. 309 - 318, set. / dez. 2008. Disponível em: [http://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ1\\_2014/abaetetuba/tomeacu2011/contribui%20das%20teorias%20psicogeneticas.pdf](http://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ1_2014/abaetetuba/tomeacu2011/contribui%20das%20teorias%20psicogeneticas.pdf). Acesso em 03 set. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIOTONI, Gladys Gripp Bicalho; BARROS FILHO, Antônio de Azevedo. A gravidez na adolescência é fator de risco para o baixo peso ao nascer? (Brasil). *Rev. chil. Pediatr.* Santiago, v. 71, n. 5, set. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0370-41062000000500016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0370-41062000000500016&script=sci_arttext) Acesso em: 8 jul. 2017

MARTINS, Sabrina; PRODANOV, Cleber. Identidade e representação: análise fílmica da mulher em *A Fita Branca*. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 32, p. 64-82 jan./abr. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/viewFile/45873/33987>. Acesso em 01 set. 2017.

MENEZES, Ida Helena Carvalho Francescanti; DOMINGUES, Maria Hermínia Marques da Silva. Principais mudanças corporais percebidas por gestantes adolescentes assistidas em serviços públicos de saúde de Goiânia. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 17, n. 2, Abr./Jun. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141552732004000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141552732004000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 03 jul. 2009.

MINUCHIN, S. *Família: funcionamento e tratamento*. Porto alegre: Artes Médicas, 1990.

MORENO, Ana Carolina; GONÇALVES, Gabriela. No Brasil, 75% das adolescentes que têm filhos estão fora da escola. *G1*, São Paulo, Mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/no-brasil-75-das-adolescentes-que-tem-filhos-estao-fora-da-escola.html>. Acesso em 01 abr. 2017.

MOTT, F.L. et al. Early childbearing and completion of high-school. *Fam Plann Perspect*, p. 17-234, 1985.

MUUSS, Rolf. *Teorias da adolescência*. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 45, p. 48-70, jul. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 31 mar. 2017.

PEREIRA, J. L. Aspectos Históricos da Gestação em Adolescentes. In: MONTEIRO, D. L. M, TRAJANO, A. J. B., BASTOS, A. C. (Org.). *Gravidez e adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, v. 1, p. 03-20, 2009.

ROBERTS, D. A. Adolescência. *Nursing*, v. 10, p. 23-27, nov. 1988.

ROCHA, Cinthya Aparecida da. *Gravidez na adolescência e evasão escolar*. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2009.

SAITO, M. I; LEAL, M. M. O exercício da sexualidade na adolescência: a contracepção em questão. *Pediatria*, São Paulo, n. 25, p. 36-42, 2003.

SARTI, Cynthia. Família e individualidade, um problema moderno. *In: A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In.: SILVA, T. T; HALL, S.; WOODWARD, K. (orgs.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Allan Jones Andreza. *Nem tudo são flores: a (ir)racionalização da violência doméstica contra mulher no agreste da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SOUZA, Michele de; BOLZE, Simone Dill Azeredo. O atendimento a adolescentes gestantes pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - do município de Ituporanga/SC: relato de experiência sobre a organização do serviço. *Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí*, Santa Catarina, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Michele-de-Souza.pdf>. Acesso em 30 mar. 2017.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 7, p. 9-25, 2002.

TELLES, V. Pobreza e Cidadania: Precariedade e condições de vida. *In: MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

ZAGURY, T. *O Adolescente por ele mesmo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.